



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
05 DE ABRIL DE 2017

N.º 08/2017

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.^a Silvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.^a
Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.^a Maria Arlete
Canário Taveira da Costa Gouveia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

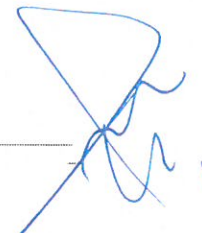
SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 09:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões nos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Pág.

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- | | |
|---|---|
| 1 – Concessão de Distribuição de energia Elétrica em Baixa Tensão – Aditamento ao Contrato – Alteração do Anexo I..... | 4 |
| 2 – Toponímia da Freguesia de Fontes – Lugares de Soutelo, Póvoa da Serra, Justos, Tabuadelo e Crestelo..... | 5 |
| 3 – Criação de uma Equipa de Sapadores Florestais no Município - Celebração de protocolos de colaboração e funcionamento com a Associação Florestal do Vale do Douro Norte..... | 7 |

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

- | | |
|---|----|
| 4 – Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal | 9 |
| 5 – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis – Exercício do Direito de Preferência | 10 |
| 6 – Prestação de serviços – Revisor Oficial de Contas para Certificação Legal de Contas – Celebração de contrato na modalidade de avença - Emissão de Parecer Prévio..... | 10 |

Serviços de Tesouraria

- | | |
|---|----|
| 7 – Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 17 a 30 de março de 2017..... | 14 |
|---|----|

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

- | | |
|--|----|
| 8 – Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes | 15 |
| 9 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Celeste Maria Nogueira Lourenço Teixeira - União de Freguesias de Louredo e Fornelos..... | 16 |



**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Educação

10 – Bolsas de Estudo – Ano Letivo 2016/2017.....	18
11 – Universidade Júnior – Universidade do Porto.....	18

Serviços do Desporto

12 – Passeio TT – Juventude de Sedielos – Pedido de Parecer.....	20
13 – Real Clube de Penaguião – Pedido de Antecipação de Pagamento.....	20

Serviços da Ação Social

14 – Associação Penaguião em Movimento – Rastreio – Fundação Portuguesa de Cardiologia – Pedido de Comparticipação Financeira.....	21
---	----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

15 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião	22
---	----



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa

Tensão – Aditamento ao Contrato – Alteração do Anexo I

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Em Outubro de 2016, e na sequência de uma decisão do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIM Douro), foi preparada para todos os Municípios uma proposta de Adenda ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão, para formalizar a alteração ao Anexo I do referido contrato de concessão, acordado entre a Associação Nacional de Municípios (ANMP) e a EDP Distribuição – Energia, S.A. -----

----- Após a sua submissão e aprovação pela Câmara e Assembleia Municipal em 2 de Novembro e 23 de Novembro de 2016, respetivamente, foi a mesma remetida à EDP Distribuição para análise e assinatura, tendo a EDP Distribuição manifestado algumas reservas quanto ao articulado, nomeadamente a necessidade de inclusão de uma condicionante prevista no Protocolo celebrado com a ANMP, mas não traduzida no articulado do novo Anexo I, nem na adenda proposta. -----

----- Reponderando o assunto na última reunião do Conselho Intermunicipal da CIM Douro, foi deliberado que o Secretariado Intermunicipal acordasse com a EDP Distribuição uma nova proposta de Adenda para ser submetida à apreciação da Câmara e da Assembleia Municipal. ----

----- Nesta conformidade, tendo sido obtido o acordo da EDP Distribuição – Energia, S.A., submete-se à apreciação do Executivo Municipal, a nova minuta do aditamento ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão, para formalizar a alteração ao Anexo I do referido contrato, com vista à sua aprovação e posterior autorização da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a minuta do aditamento ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão, para**



formalizar a alteração ao Anexo I e submeter à Assembleia Municipal, para aprovação e posterior autorização, da nos termos do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

**Toponímia da Freguesia de Fontes – Lugares de Soutelo,
Póvoa da Serra, Justos, Tabuadelo e Crestelo**

----- 2 – Na sequência da deliberação da Câmara Municipal realizada no dia 7 fevereiro de 2017, submete-se novamente, a proposta de toponímia da Freguesia de Fontes, nos lugares de Soutelo, Póvoa da Serra, Justos, Tabuadelo e Crestelo. -----

----- O assunto sobe acompanhado do ofício da Freguesia de Fontes, com o seguinte teor: -----

----- “Relativamente ao assunto em epígrafe cumre-me informar V. Ex.ª do seguinte: -----

----- 1 – Relativamente à alínea a) da deliberação da Câmara Municipal acerca da toponímia da Freguesia de Fontes, registamos com apreço a aprovação na generalidade da proposta apresentada por esta Junta de Freguesia e que V. Exas e bem, assumiram como vossa ao abrigo do disposto na Lei 75/2013, nada havendo a opor. -----

----- 2 – Relativamente à alínea b) da mesma deliberação que sugere a alteração da denominação da Rua Francisco Ribeiro para Rua de Soutelo, manifestamos a nossa discordância que a seguir fundamentamos: -----

----- a) A proximidade com o local e a generosidade com a população local no exercício da sua Presidência, levaram a que os habitantes de Soutelo sugerissem esta homenagem. -----

----- b) Não existe em nossa opinião incoerência na atribuição deste topónimo em comparação com outros lugares da Freguesia, uma vez que existem nesta freguesia e aprovadas em executivos anteriores ruas com denominação de personalidade da freguesia vindo ao encontro do que também pretendemos. -----

----- c) Além do mais, em nossa opinião por motivos de menor grandeza, existem arruamentos em várias freguesias deste Concelho com o nome do Dr. Francisco Ribeiro, sem que isso pusesse em causa a coerência das propostas então apresentadas por essas Juntas de Freguesia. -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 08 de 05 de abril de 2017



----- d) Todavia e apesar do exposto, cabe à Assembleia de Freguesia como órgão deliberativo e tendo aprovado a proposta apresentada, pronunciar-se sobre este assunto.” -----

----- As Vereadoras eleitas pelo Partido Social Democrata, apresentaram a seguinte proposta: ----

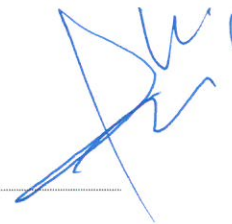
----- *“Exmo. Senhor Presidente da Câmara, no âmbito do ponto dois da Ordem do Dia, a saber; Freguesia de Fontes – Toponímia da Freguesia. Relativamente à proposta apresentada por esta Câmara, no âmbito da Toponímia da Freguesia, de alteração da denominação da Rua Francisco Ribeiro, no lugar de Soutelo, para Rua de Soutelo, e tendo concordado com o argumento que fundamentou a apresentação da alteração, exposto na Ata n.º4, de sete de fevereiro de 2017, que remete para coerência com a Rua da Póvoa da Serra, Rua de Justos e Rua de Crestelo, gostaríamos de apelar para os fundamentos apresentados pela Junta de Freguesia de Fontes, no ofício transcrito na Ata desta Reunião, que justificam a sua não concordância com a alteração apresentada. -----*

----- *Uma vez que a alínea ss) do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo 1 à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribui à Câmara Municipal a competência para estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente Junta de Freguesia, consideramos que é de valorizar o exposto no parecer da Junta de Freguesia, nomeadamente o constante na alínea a), a saber “a proximidade com o local e a generosidade com a população no exercício da sua Presidência, levaram a que os habitantes de Soutelo sugerissem esta homenagem”. Parece-nos, pois, ter este argumento um valor que ultrapassa a questão da coerência da denominação com outros lugares, pelo que solicitamos ao Exmo. Sr. Presidente se digne aceitar os argumentos expostos no Parecer da Junta de Freguesia de Fontes, procedendo em conformidade.” -----*

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, a denominação das ruas dos lugares de Soutelo, Póvoa da Serra, Justos, Tabuadelo e Crestelo, da Freguesia de Fontes confere com proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal de sete de fevereiro. -----

----- As Senhoras Vereadoras do PPD/PSD, Prof.ª Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.ª Maria Arlete Canário Taveira da Costa Gouveia, apresentaram a seguinte declaração de voto: -----

----- *“As vereadoras eleitas pelo Partido Social Democrata, no âmbito do*



ponto dois da Ordem do Dia, a saber, Freguesia de Fontes – Toponímia da Freguesia, referiram que são a favor da Toponímia de Freguesia de Fontes – lugares de Soutelo, Póvoa da Serra, Justos, Tabuadelo e Crestelo apresentada. No entanto, relativamente ao lugar de Soutelo e, mais especificamente à Rua de Soutelo, consideram que os argumentos apresentados no Parecer da Junta de Freguesia, no ofício registado sob o n.º 708, de 28 de março, transcrito na ata desta reunião, são relevantes e fundamentam a proposta inicial, isto é, que a dita Rua de Soutelo se designe por Rua Francisco Ribeiro, pelo que deviam ter sido levados em consideração na decisão final.” -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, relativamente à alínea d) do ofício da Junta de Freguesia, disse que nos termos legais, cabe à Câmara Municipal atribuir a denominação, das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente Junta de Freguesia, pelo que a Assembleia de Freguesia não tem competência sobre esta matéria. -----

Criação de uma Equipa de Sapadores Florestais no Município

- Celebração de protocolos de colaboração e funcionamento com a Associação Florestal do Vale do Douro Norte

----- 3 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “De acordo com o estipulado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, designadamente no seu art.º 23.º, n.ºs 1 e 2, constituem atribuições dos municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, para além de outros domínios, o da proteção civil. -----

----- Com vista a dotar o Município com uma equipa de Sapadores Florestais para o exercício de funções de gestão floresta sustentável e defesa da floresta contra incêndios, designadamente: i) Ações de manutenção e proteção em povoamentos florestais; ii) Acompanhamento na realização de fogos controlados; iii) Realização de queimadas; iv) Manutenção e beneficiação da rede

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 08 de 05 de abril de 2017

M

divisional e de faixas e mosaicos de gestão de combustíveis; v) Ações de vigilância e de primeira intervenção; vi) Apoio no combate a incêndios florestais e operações de rescaldo; vii) Manutenção e beneficiação de outras infraestruturas; viii) Ações de controlo e eliminação de agentes bióticos; ix) Sensibilização do público para as normas de conduta em matéria de natureza fitossanitária, de prevenção, do uso do fogo e da limpeza das florestas, pretende-se celebrar um protocolo de colaboração com a Associação Florestal do Vale do Douro Norte (AFVDN) com o objetivo desta Associação apresentar junto do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, a candidatura da criação dessa equipa de sapadores, nos termos do Despacho n.º 2434-B/2017, de 21 de Março e de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 8/2017, de 9 de Janeiro. -----

----- Por outro lado, pretende-se, celebrar com a referida Associação, caso a candidatura venha a ser aprovada, um outro protocolo no qual serão elencadas as responsabilidades das duas entidades (Município e AFVDN) com o funcionamento da equipa de sapadores. -----

----- Ficarà da responsabilidade da Associação: i) a recolha e nomeação dos candidatos a sapadores florestais, com possibilidade do Município poder sugerir candidatos a selecionar; ii) a colocação à disposição da equipa e transporte dos seus elementos durante os dias, sendo que nos fins de semana e feriados, quando ocorra uma situação excecional que justifique, obedecerá uma requisição da Proteção Civil, sendo desta a responsabilidade de todos os encargos e riscos. O Município compromete-se a: i) guardar a viatura e o respetivo equipamento fora do período laboral em local coberto e de segurança e ii) participar nas despesas de montante anual de 36.000,00€ (trinta e seis mil euros), a pagar em doze prestações mensais no valor de 3.000,00€ (três mil euros) cada, a pagar no fim de cada mês, como contrapartida da atividade desenvolvida pela equipa de sapadores florestais; e iii) suportar os encargos com a viatura e equipamento, incluindo combustível, reparações, manutenção e seguro e seguro de acidentes pessoais da equipa referente ao trimestre dos incêndios florestais, até ao limite de 10.000,00€ (dez mil euros), sendo 4.000,00€ (quatro mil euros) para combustíveis; 5.000,00€ (cinco mil euros) para reparações e manutenções e 1.000,00€ (mil euros) para seguros. -----

----- Face ao exposto, submete-se à consideração do Executivo Municipal, no sentido de deliberar: -----

- a) Aprovar a celebração dos protocolos de colaboração com a Associação Florestal do Vale do Douro Norte, no âmbito da apresentação da candidatura para a criação de uma



equipa de Sapadores Florestais no Município e de funcionamento da referida equipa de sapadores; -----

- b) Autorizar a realização das despesas no montante de 36.000,00€ (trinta e seis mil euros), como contrapartida da atividade desenvolvida pela equipa de sapadores florestais e de até 10.000,00€ (dez mil euros), para suportar os encargos com a viatura e equipamento, incluindo combustível, reparações, manutenção e seguro e seguro de acidentes pessoais da equipa referente ao trimestre dos incêndios florestais, sendo 4.000,00€ (quatro mil euros) para combustíveis; 5.000,00€ (cinco mil euros) para reparações e manutenções e 1.000,00€ (mil euros) para seguros." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade a celebração dos protocolos de colaboração no âmbito da apresentação da candidatura para a criação de uma equipa de Sapadores Florestais no Município e de funcionamento da referida equipa de sapadores a celebrar com a Associação Florestal do Vale do Douro Norte, bem como, autorizar a realização das despesas, nos termos da proposta.** -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Delegação de Competências - Informação do Presidente
da Câmara Municipal**

----- 4 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- "Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma." -----

----- Alterações Orçamentais efetuadas nos dias 06 a 27 de março de 2017. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
– Exercício do Direito de Preferência

----- 5 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Para os devidos efeitos, junto remeto a V. Ex.^a os atos celebrados no mês de **fevereiro de 2017**, pelos diversos Serviços de Notariado, com vista a permitir o exercício de direito de preferência sobre os prédios, nos termos do artigo 55º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência.** -----

Prestação de serviços – Revisor Oficial de Contas para
Certificação Legal de Contas – Celebração de contrato
na modalidade de avença - Emissão de Parecer Prévio

----- 6 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Com a publicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, determina que a prestação de contas seja remetida ao órgão deliberativo para a apreciação, juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedades de revisores de contas. -----

----- O n.º 1 do artigo 77.º da mesma Lei estabelece que o auditor externo responsável pela certificação legal de contas é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo. -----

----- O n.º 2 do mesmo artigo explana as competências do auditor externo que deverá proceder anualmente à certificação legal das contas: -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 08 de 05 de abril de 2017



----- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte; -----

----- Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município; -----

----- Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título; -----

----- Remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira; -----

----- Emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal. -----

----- De acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 10.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, os contratos de prestação de serviços, nas modalidades de contratos de tarefa e avença apenas podem ter lugar quando, cumulativamente: a) se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade a relação jurídica de emprego público; b) seja observado o regime legal da aquisição de serviços; c) seja comprovada pelo prestador do serviço a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social; e inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa. -----

----- Acresce, no entanto, e sem prejuízo dos requisitos referidos, que nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, a celebração daqueles contratos depende, ainda, de prévio parecer do órgão executivo relativamente à verificação do requisito referido na alínea a) do n.º 1 do supra citado artigo 32.º da LTFP, da existência de cabimento orçamental e da inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável. -----

----- Por sua vez, o artigo 265.º da LTPF dispõe, que nenhum dos órgãos ou serviços, pode iniciar procedimento para a contratação de prestação de serviço ou recrutar trabalhador, por



tempo indeterminado ao a título transitório, sem prejuízo do regime da mobilidade, antes de executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação para as funções ou postos de trabalho em causa, cujos termos e tramitação desse procedimento prévio se encontra regulado pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de Fevereiro, cabendo à Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), a gestão do sistema de requalificação e a condução do procedimento prévio e reporte da informação relativa à existência de pessoal naquela situação. -----

----- De acordo com a solução interpretativa uniforme da Direcção-Geral das Autarquias Locais, devidamente homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, em 15 de Julho de 2014, as *“autarquias locais não têm de consultar a Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação”*. -----

----- Sendo assim, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro, no caso das autarquias locais, a entidade gestora da mobilidade especial autárquica (EGMA), a constituir no âmbito das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais são as EGRAS (Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias). -----

----- Dispõe o artigo 16.º-A, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, aditado pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, caso a EGRA não esteja constituída, que é o que se verifica na Comunidade Intermunicipal do Douro, conforme declaração emitida 14 do corrente mês de Março, a lista nominativa dos trabalhadores que são colocados em situação de requalificação, a entidade que os colocou nessa situação assume a posição de EGRA para todos os efeitos, ou seja, a função é desempenhada nos municípios pelo presidente da câmara municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do referido Decreto-Lei, na sua actual redação. -----

----- Por outro lado, a Lei n.º 42/2017, de 28 de dezembro (Lei que aprova o Orçamento de Estado para 2017 – LOE2017), no n.º 1 conjugado com o n.º 7 do seu artigo 51.º, estabelece no mesmo sentido de que para as autarquias locais, a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços, designadamente dos contratos de prestação de serviços na modalidade de avença, agora em análise, carece de parecer prévio vinculativo, dependendo este do cumprimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a c) do n.º 2 do mesmo artigo, sendo da competência da Câmara Municipal a emissão desse parecer de acordo com o n.º 1 do artigo 6.º



do supracitado Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, em conjugação com o n.º 7 do artigo 51.º da LOE2017. -----

----- Assim, considerando a impossibilidade de satisfazer esta necessidade através de trabalhadores providos no mapa de pessoal, dada a inexistência de trabalhadores com qualificação técnica, bem como a ausência de meios técnicos; -----

----- Considerando que dada a natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, se constata que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato; -----

----- Considerando que o Município não tem trabalhadores em situação de requalificação; -----

----- Considerando que nesta situação concreta se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objeto do contrato; -----

----- Considerando que com vista à adjudicação do contrato de aquisição do serviço referido, será o ajuste direto com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos, com convite a entidade especializada nesta matéria; -----

----- Considerando que a Assembleia Municipal em sessão de 23 de novembro do ano transato, para efeitos do previsto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, alterada pelas Lei n.ºs 20/2012, de 14 de Maio, 64/2012, de 20 de Dezembro, 66-B/2012, de 31 de Dezembro, e 22/2015, de 17 de Março, e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, deliberou ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, alterado pelas Leis n.ºs 64/2012, de 20 de Dezembro, 66-B/2012, de 31 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de Junho, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, desde que os encargos resultantes do contrato não excedam o limite 100.000 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e no prazo de execução de três anos; -----

----- Neste sentido, pretende-se celebrar um contrato de **prestação de serviços com um Revisor Oficial de Contas para Certificação Legal de Contas**, pelo prazo de 12 meses renovável por iguais períodos até ao limite de três anos e com um valor base estimado de 10.000,00 €/ano, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 08 de 05 de abril de 2017



----- De acordo com a declaração emitida pelos Serviços de Contabilidade, anexa à presente informação, a despesa resultante do contrato de prestação de serviços em causa tem cabimento orçamental na rubrica 02. 02.02.14. -----

----- Finalmente, considerando o valor estimado e a necessidade deste serviço, bem como a inclusão da contabilidade analítica, o valor anual será superior ao pago em 2016, pelo que, de acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo 49.º da LOE17, pode o Sr. Presidente da Câmara autorizar a dispensa do disposto nos n.ºs 1 e 2 do mesmo artigo. -----

----- Face ao exposto propõe-se a V.ª Ex.ª, que: -----

- a) **Autorize** a dispensa do cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 49.º da LOE2017, com os fundamentos acima invocados; -----
- b) O assunto seja presente à reunião de Câmara de modo a que o Executivo Municipal delibere **emitir**, por força do disposto no artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2017 (OE2017), conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro, **parecer prévio favorável** à celebração do contrato de prestação de serviços na modalidade de **contrato de avença** com um **Revisor Oficial de Contas para Certificação Legal de Contas**, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 2 do artigo 51.º da LOE 2017 acima mencionados." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável à celebração do contrato de prestação de serviços na modalidade de contrato de avença com um Revisor Oficial de Contas para Certificação Legal de Contas.** -----

Serviços Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 17 a 30 de março de 2017

----- 7 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 17 a 30 de março de 2017, o qual apresenta os seguintes valores: -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 08 de 05 de abril de 2017



RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	30/03/2017
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		179 014,71	Despesas Orçamentais (*)		1 538 218,03
Execução orçamental	109 108,22		Correntes	1 292 083,33	
Operações de tesouraria	69 906,49		Capital	246 134,70	
			(*) Compromissos	4 681 787,43	
Receitas Orçamentais		1 504 614,21	Operações de tesouraria		81 241,16
Correntes	1 378 926,21		Saldo para o dia seguinte:		162 597,00
Capital	125 688,00		Execução orçamental	75 504,40	
Operações de tesouraria		98 427,27	Operações de tesouraria	87 092,60	
Total		1 782 056,19	Total		1 782 056,19

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

**Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador
em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes**

----- 8 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de março de 2017 que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da
Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Celeste Maria Nogueira
Lourenço Teixeira - União de Freguesias de Louredo e Fornelos**

----- 9 – Presente à reunião requerimento da Senhora Celeste Maria Nogueira Lourenço Teixeira, na qualidade de proprietária, a solicitar a emissão de certidão nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, para efeitos de celebração de uma escritura de partilha. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- “INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, Celeste Maria Nogueira Lourenço Teixeira, na qualidade de proprietária, solicitou o parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura de compra e venda do prédio que passo a descrever: -----

----- Prédio misto situado em Fiolhais-Louredo, com a área de 3187,00 m2, composto pelo prédio rústico, com a área de 3097 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 735-B (parte), e pelo prédio urbano, com a área de 90 m2, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 494, da União das Freguesias de Louredo e Fornelos, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 109. -----

----- PARECER -----

----- Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no n.º 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 08 de 05 de abril de 2017

----- Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pelo interessado e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, o prédios rústico a que se reporta o pedido em questão, localizam-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
735-B parte	PDM	O prédio rústico insere-se em <i>Espaços Predominantemente Habitacionais Nível III</i>

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- O pedido em questão, visa a constituição de compropriedade no prédio rustico supra na proporção de ½ indivisos a favor de cada um dos seguintes: Gil Carlos Lourenço Teixeira e Ana Sofia Castro Guedes. -----

----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de compra e venda, visando a constituição de compropriedade no artigo 735-B (parte), sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à constituição de compropriedade requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----



**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Educação

Bolsas de Estudo – Ano Letivo 2016/2017

----- 10 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Silvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Com base no regulamento municipal para atribuição de bolsas de estudo aos alunos que frequentam o Ensino Superior, publicado a 12 de dezembro de 2016 e após efetuado todo o procedimento de avaliação por parte da comissão de análise, foi deliberado em reunião de câmara no passado dia 21 de fevereiro, homologar o relatório final das bolsas de estudo, bem como a respetiva lista de ordenação dos candidatos. -----

----- Tendo em conta que o candidato Hermínio da Costa Almeida Mesquita, constava da listagem com a indicação de que “terminado o ano letivo apenas em fevereiro, só posteriormente será possível aferir do aproveitamento escolar do candidato”; -----

----- Tendo em conta que o documento deu entrada nos serviços municipais através de email a juntar ao requerimento 2377/16, documento válido da universidade em que é possível aferir o seu aproveitamento escolar no ano letivo 2015/2016; -----

----- Propõe-se ao executivo municipal que delibere a atribuição da bolsa de estudo ao aluno em causa no valor de 500€.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a atribuição da Bolsa de Estudo do ano letivo 2016/2017, ao aluno Hermínio da Costa Almeida Mesquita e proceder ao pagamento da referida bolsa.** -----

Universidade Júnior – Universidade do Porto

----- 11 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Silvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----



----- "A Universidade Júnior é um programa de cursos de verão da Universidade do Porto, dirigido aos estudantes do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário (excetuando o 12.º ano). Os seus objetivos principais são a promoção do gosto pelo conhecimento em múltiplas áreas, particularmente as abrangidas pela instituição universitária, a familiarização com o ambiente académico e, ainda, a contribuição para a escolha de um percurso vocacional. Simultaneamente desafiadores e promotores do pensamento crítico, os programas da U. Jr. não deixam de integrar uma componente lúdica, as atividades têm em consideração os programas escolares e são planeadas por docentes universitários, mas conduzidas por estudantes universitários, recém-licenciados e, em alguns casos, jovens investigadores. -----

----- Considerando, que o contacto com o ensino superior representa uma oportunidade muito interessante para os alunos que se encontram numa fase em que têm que decidir o seu futuro profissional, este município, definiu como prioritário os alunos que frequentam o 10º e 11º ano de escolaridade. -----

----- Assim propõe-se ao Exmo. Executivo Municipal, ao abrigo das disposições constantes na alínea d) do nº2 do artigo 23º e na alínea u) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, o pagamento das inscrições a cinco alunos do concelho matriculados no 10º e 11º ano, no valor unitário de 180 € (cento e oitenta euros). Este valor inclui todo o material pedagógico, os transportes (no caso de saídas de campo ou visitas de estudo), um seguro escolar, a alimentação e o alojamento. -----

----- Para a seleção dos alunos interessados propõe-se os seguintes critérios por ordem de prioridade: alunos do 11º ano; média e escalão do subsídio escolar. -----

Assim propõe-se que o Executivo Municipal autorize a realização da despesa até ao valor de 900 euros." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a realização das despesas até ao valor de 900,00€ (novecentos euros).** -----



Serviços do Desporto

Passeio TT – Juventude de Sedielos – Pedido de Parecer

----- 12 – Presente à reunião ofício do Município do peso da Régua, registado sob o n.º 688 de 24 do corrente mês de março, com o seguinte teor: -----

----- “Para o efeito, e nos termos do disposto regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, solicita-se a emissão do parecer sobre a realização da prova referenciada em epígrafe, que terá o seu início e termo no concelho do Peso da Régua.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, dar parecer favorável à utilização do troço da EN2, sob jurisdição do Município para a realização do Passeio TT – Juventude de Sedielos.** -----

Real Clube Penaguião – Pedido de Antecipação de Pagamento

----- 13 – Presente à reunião ofício Real Clube Penaguião, registado sob o n.º 768 de 31 do corrente mês de março, com o seguinte teor: -----

----- “O Real Clube Penaguião vem por este meio solicitar a antecipação de pagamento da tranche de junho alusiva ao vosso apoio financeira-época 2016/2017, para o mês de abril. -----

----- Este pedido deve-se ao facto de a grande parte das despesas incidirem no mês de abril, ao contrário de junho onde o clube já vê grande parte das suas atividades reduzidas e menos custos associados. -----

----- Confiante na atenção que dará ao nosso pedido, queira receber os nossos mais distintos cumprimentos. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar o pagamento no mês de abril a prestação correspondente ao mês de junho.** -----



Serviço de Ação Social

**Associação Penaguião em Movimento – Rastreio – Fundação
Portuguesa de Cardiologia – Pedido de Comparticipação Financeira**

----- 14 – Presente à reunião ofício da Associação Penaguião em Movimento, registado sob o n.º 737 de 29 de março do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “A Associação Penaguião em Movimento vem desta forma apresentar o seu agradecimento pelo precioso acolhimento que teve ao solicitado a V.ª Ex.ª relativamente aos apoios para a Caminhada “Caminhar Feliz Pelo teu Maior Tesouro” e rastreio que irá ser posto ao dispor da população em geral, por uma equipa de voluntários da Fundação Portuguesa de Cardiologia, que de uma forma solidária e gentil se irá deslocar do Porto ao nosso concelho. -----

----- Quando realizamos o pedido de apoio à Câmara Municipal, ainda não estava decidido que esta equipa estaria disponível para levar a efeito o rastreio à população em geral num dia e no dia seguinte (dia 2 de Junho) deslocarem-se às IPSSs do concelho que mostrem disponibilidade para os receber e estes possam pôr ao dispor dos nossos idosos os seus serviços, procedendo à realização dos vários exames (glicemia, colesterol, electrocardiograma, etc), para que estes não tenham necessidade de se deslocar do seu ambiente, o que seria de todo muito desgastante. -----

---- Assim, e como esta equipa se desloca de forma gratuita/voluntária, gostaríamos que os mesmos fossem acolhidos da melhor forma possível, como é apanágio deste Município. -----

----- A equipa de voluntários será composta por mais ou menos oito elementos, será necessário que os mesmos procedam a pelo menos duas/três refeições (dia 1 almoço e jantar e dia 2 almoço) e dormida do dia 01 para o dia 02 de Junho, assim, e sendo de todo muito difícil para esta Associação suportar esta despesa, vimos uma vez mais apelar à generosidade de V.ª Ex.ª em nos apoiar no pagamento das respectivas despesas, que orçam em sensivelmente 480€ (quatrocentos e oitenta euros). -----

----- Queremos ainda, solicitar a V.ª Ex.ª se digne autorizar a realização do referido rastreio, no dia 1 de Junho, pois teve que ser alterado o dia por indisponibilidade da Fundação Portuguesa de Cardiologia no dia 19 de Maio.” -----

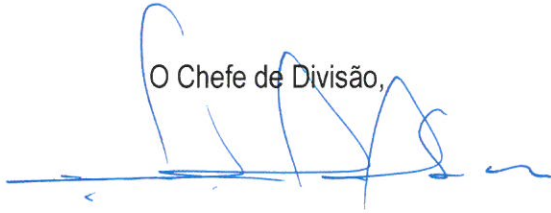
----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 480,00€ (quatrocentos e oitenta euros).** -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião


----- 15 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:00 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)